

## MOVIMENTO SOFTWARE LIVRE: POR UMA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO CIBERESPAÇO

Katja Augusto

[katja.augusto@hotmail.com](mailto:katja.augusto@hotmail.com)

lattes: <http://lattes.cnpq.br/1456728333074919>

Monique Lima

[moniquelima@ufrj.br](mailto:moniquelima@ufrj.br)

lattes: <http://lattes.cnpq.br/2492740222266396>

### RESUMO

Na sociedade atual, a internet cada vez mais se configura como o principal meio de comunicação, tendo em vista o seu crescimento exponencial. Apesar de ser um espaço caracterizado pelo modelo de comunicação “todos-todos”, ainda é visível a distinção entre produtor e consumidor. Este artigo pretende abordar os movimentos de internautas em prol da democratização da comunicação e de que forma a rede proporciona essas mobilizações.

**Palavras-chave:** Internet, Movimento Software Livre, Democratização.

### MOVIMENTO SOFTWARE LIVRE: POR UMA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO CIBERESPAÇO

A primeira vez que a expressão “sociedade da informação” apareceu foi em 1973, no livro *O advento da sociedade pós-industrial*, do sociólogo norte-americano Daniel Bell. O autor afirmava que o eixo norteador da sociedade atual seria o conhecimento, sendo que, para tal, seria imprescindível que a nova economia estivesse centrada na oferta de meios que promovessem conteúdo informativo e, conseqüentemente, o conhecimento<sup>1</sup>. Entretanto, foi na década de 1990 que o termo ganhou força graças ao desenvolvimento da Internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's).

Manuel Castells defende que, embora a tecnologia exerça um papel significativo na sociedade, ela – a tecnologia – não a determina, nem tampouco

<sup>1</sup> BURCH, Sally. “Sociedade da informação/Sociedade do conhecimento”. Disponível em: <http://vecam.org/article519.html><http://vecam.org/article519.html> Acessado em 19/04/2010.

é a sociedade que dita a trajetória das transformações tecnológicas, pois há um conjunto de fatores que são essenciais a esse processo e influenciam não só a descoberta científica, como também as inovações tecnológicas e suas aplicações sociais (1999: p. 43). Porém,

embora não determine a tecnologia, a sociedade pode sufocar seu desenvolvimento principalmente por intermédio do Estado. Ou então, também principalmente pela intervenção estatal, a sociedade pode entrar num processo acelerado de modernização tecnológica capaz de mudar o destino das economias, do poder militar e do bem-estar social em poucos anos. Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico” (CASTELLS, 1999: 44-45).

Apesar do não-determinismo, Castells admite que “o surgimento de um novo sistema eletrônico de comunicação caracterizado pelo seu alcance global, integração de todos os meios de comunicação e interatividade potencial está mudando e mudará para sempre nossa cultura” (1999: p. 414). A quase anulação do tempo e das distâncias permitiu, ao contrário da homogeneização da sociedade, o surgimento de diversas identidades e movimentos que transpõem fronteiras geográficas. O desenvolvimento das TIC's e os novos meios de comunicação estão sendo responsáveis pela eminência de redes transnacionais que compartilham afinidades, objetivos, lutas, sem espaço físico e, por isso, acessíveis de qualquer lugar.

Castells, ao caracterizar esse contexto, denominado “paradigma tecnológico”, base da sociedade da informação, destaca cinco aspectos fundamentais para o entendimento dessa transformação social. Primeiramente, é a tecnologia que age sobre a informação, diferentemente do que acontecia nas revoluções predecessoras. Em seguida, a capacidade das novas tecnologias em moldar quer a existência do indivíduo quer a do coletivo. Em

terceiro está a lógica das redes, que permite a interação, sem afetar a sua recrudescente complexidade. Na continuação aparece a flexibilidade proporcionada pelo paradigma tecnológico na medida em que facilita a reorganização ou modificação das instituições. E, por fim, a crescente convergência das tecnologias numa só rede (CASTELLS, 1999: p.108-109).

A partir dessa ordem de fatores, surgiu um cenário que, em virtude da adesão massiva de usuários e de um espírito de troca e compartilhamento de mensagens, deu origem, por sua vez, ao que Pierre Lévy chamou de “inteligência coletiva” (1999: p. 28). Esse fenômeno, “que é um dos principais motores da cibercultura” (idem: p.28), só é possível num meio em que a comunicação se dá de forma horizontal, ou seja, numa relação “todos-todos”, onde qualquer usuário é produtor e receptor de conteúdo, diferentemente das mídias tradicionais, em que a emissão e recepção ocorrem unidirecionalmente e o indivíduo assume um papel de passividade. A Internet e o ciberespaço, com a difusão e abrangência cada vez maior das TIC's, criaram um ambiente, senão ideal – uma vez que ainda não atingiu a perfeição –, pelo menos propício para o aparecimento e desenvolvimento dessa inteligência. Isso porque o ciberespaço tem como características, entre outras, a acessibilidade e o compartilhamento de bancos de dados e o *upload* de arquivos e programas, fundamentais para a disponibilização, transferência e circulação da informação.

Tendo em vista a potencialidade do ciberespaço, esse tornou-se um espaço de disputa entre as megacorporações e os conglomerados de comunicação. Seguindo a lógica de mercado de máximo lucro, magnatas do capitalismo veem a internet como um ambiente perfeito para a prática de transações comerciais, endossando, desse modo, o liberalismo econômico. Na contramão dessa visão, está uma outra dimensão da rede, que perpassa não só pela “coexistência pacífica de vários interesses e culturas” (CASTELLS, 1999: p. 439-440), como também permite o surgimento de “uma nova forma de comunidade, que reúne as pessoas *on-line* ao redor de valores e interesses em comum” (idem, p: 442). Como afirma Lévy, proporcionada pelo ciberespaço,

a cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração. O apetite para as comunidades virtuais encontra um ideal de relação humana desterritorializada, transversal, livre. As comunidades virtuais são os motores, os atores, a vida diversa e surpreendente do universal por contato. (1999: p. 130)

A web 2.0, que se diferencia das anteriores pela “mudança para uma internet como plataforma” (CONRADO, 2007: p. 44), se enquadra perfeitamente nesse cenário de interatividade e cooperação. Para Tim O’Reilly, precursor da terminologia web 2.0, “a regra mais importante [da nova web] é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para se tornarem melhores quanto mais são usados pelas pessoas, aproveitando a inteligência coletiva” (idem: p. 44). Nesse sentido, que as comunidades virtuais exercem, assim, um papel decisivo na promoção e desenvolvimento da inteligência coletiva.

## MOVIMENTOS SOCIAIS DA REDE

Partindo do princípio que a internet tem como grande promessa “romper com as barreiras entre produtor e consumidor (...) criando um território neutro, aberto, que tornasse o indivíduo o centro da informação” (LE MOS, 2005: p. 258), constatamos que para a web chegar a esse nível ainda há um longo caminho a percorrer. Embora a descentralização e a democratização totais ainda estejam no plano imaginário, a aglomeração de internautas nas comunidades virtuais em prol de uma internet mais livre tem criado uma pressão significativa sobre os produtores e distribuidores de conteúdo, para que esses ideais de comunicação se concretizem no mundo virtual-real.

É através dessa demanda e conseqüente reivindicação e luta que surgem os movimentos sociais na grande rede, cujas principais características são a desterritorialização, a transnacionalização e a virtualização. Os movimentos sociais virtuais para democratização de acesso às tecnologias,

que destacaremos ao longo deste artigo, se colocam, dessa forma, contra o sistema capitalista vigente, pois seguem na contramão da lógica do mercado industrial dos produtos de informática. Pierre Lévy elucida a compreensão da luta pela difusão tecnológica como movimento social:

pode parecer estranho falar de 'movimento social' quando se trata de um fenômeno habitualmente considerado como 'técnico'. Eis, portanto, a tese que vou tentar sustentar: a emergência do ciberespaço é fruto de um verdadeiro movimento social, com seu grupo líder (a juventude metropolitana escolarizada), suas palavras de ordem (interconexão, criação de comunidades virtuais, inteligência coletiva) e suas aspirações coerentes. (1999: p.123)

Entendemos, sobretudo, o significado do termo movimento social sob a perspectiva de Scherer-Warren quando afirma que o movimento se caracteriza pela “identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (1989: p. 24).

Entre as inúmeras articulações sociais, daremos enfoque aos que defendem a liberdade de escolha pelo software/sistema operacional, ou, simplesmente, Movimento Software Livre (MSL). Observamos nesses movimentos uma expressão contemporânea das relações antagônicas da intelectualidade, uma reformulação do materialismo histórico, a nova dialética entre aqueles que detêm do meio de produção e os que possuem a mão-de-obra produtiva. Além de validar, ainda na perspectiva de Scherer-Warren, o exercício da *Práxis*, como elemento de transformação social “propulsor da libertação (...) e da necessidade das classes se organizarem, enquanto grupos de interesses, na busca de autonomia” (idem: p. 24).

Dentro do MSL há conceitos e resquícios de movimentos sociais que legitimam a ação social, não só pela democratização das tecnologias, ou pela inclusão de indivíduos que, coletivamente, constroem uma forma de socialização de conhecimento computacional. Mais do que isso:

O Movimento Software Livre surge com a perspectiva de mobilizar e esclarecer a comunidade técnica e outros interessados sobre o uso dos programas livres. Mas

atualmente é símbolo de outras lutas que vão além da perspectiva técnica, baseando-se numa lógica de liberdades, carrega consigo discussões sobre direitos autorais, socialização do conhecimento, contra-cultura e contra-hegemonia<sup>2</sup>.

Partimos da premissa de que este é um dos movimentos que mais mobiliza a juventude, que atua “sem fronteiras”, neste mundo globalizado, na luta pela quebra do fetichismo sobre o produto intelectual de criação de sistemas operacionais de computadores, nesta virada de século.

## SOFTWARE LIVRE OU INTELECTO LIVRE?

Para compreendermos melhor do que se trata o Movimento Software Livre, é necessário que saibamos as distinções básicas no referente ao funcionamento computacional. Assim descreve Viviani Teixeira: “O computador é composto de hardware e software. Hardware é a parte física, isto é, a máquina. Software é uma sentença escrita em uma linguagem computável, para a qual existe uma máquina (computável) capaz de interpretá-la.” O *hardware* e o *software* se completam. Teixeira afirma que a comercialização dos dois produtos é, geralmente, realizada em conjunto. O que fomenta o comércio mundial de software.<sup>3</sup>

O Software Livre é, portanto, disponibilizado gratuitamente. O termo software livre foi criado por Richard M. Stallman, um dos fundadores da Free Software Foundation (1985) e do movimento chamado Manifesto GNU. Löker afirma, “GNU was the name of the first free software project, where Stallman titled it upon the industry standart operating system Unix” (2008: p. 16).

---

<sup>2</sup> Teixeira, Viviani. *Os movimentos sociais e a sociedade da informação: Reflexões sobre a restrição no uso da tecnologia*. IV Congreso de La CiberSociedad 2009. Disponível em: <http://www.cibersociedad.net> Acessado em 2/05/2010.

<sup>3</sup> *idem*.

Vale ressaltar que não é objetivo deste artigo, aprofundar nas questões técnicas da informática sobre a produção desses programas, mas sim tentar compreender o movimento jovem por detrás da construção desse coletivo.

Em referência ao estabelecido pela Free Software Foundation sobre as definições do software livre, destacamos:

un programa es software libre siempre y cuando los usuarios de este tengan garantizadas cuatro libertades básicas: (1) la libertad de ejecutar el programa sea cual sea su propósito; (2) la libertad de estudiar y modificar el programa para ajustarlo a sus necesidades; (3) la libertad de redistribuir copias, ya sea de forma gratuita, ya sea a cambio del pago de un precio, y (4) la libertad de mejorar el programa y luego hacerlo público para el bien de toda la comunidad. (ALBERICH e ROIG, 2008: p.3)

Stallman defende que “el ‘software libre’ es una cuestión de libertad, no de precio” (2004: p.41). Ele argumenta que o significado de “livre” nesta frase deve ser o mesmo de “libertad de expresión” (idem: p. 12).

A luta pela liberdade de escolha e de criação gera uma proliferação cultural em diversas áreas e dá origem a outros movimentos, como o Software Open Source, ou de fonte aberta, que surgiu em 1997. Segundo Stallman “el open source es un método de desarrollo; el software libre es un movimiento social”. Para ele “el movimiento de software libre y el movimiento open source son hoy en día movimientos separados con diferentes puntos de vista y objetivos” (STALLMAN, 2004: p.75). De acordo com Löker, “The open source concept was proposed by Eric Raymond in The Cathedral and Bazaar (1997). The article provoked a new point of view interested in enterprise level of commerce” (2008: p. 17).

Viviani Teixeira explica que o Movimento Software Livre é denominado assim no Brasil, mas em outros países atende por terminologias distintas, apesar da similaridade nas ideologias, como por exemplo, o Open Source, FLOSS (Free, Libre and Open-Source Software) e FOSS (Free and Open Source Software). Para ela, o MSL “recruta cada vez mais adeptos” por ser um movimento com características contra hegemônicas, com conceitos de autonomia e justiça econômica.



O Movimento Software Livre não pode ser considerado um movimento revolucionário anti-capitalista ou anti-business, mas sim de oposição ao modelo de comércio das indústrias de software proprietários vigente. O MSL não adota regras econômicas ortodoxas como seu único opositor. Ele vai além e questiona princípios até mesmo dos modelos econômicos vigentes que giram em torno da informatização e da esfera virtual.<sup>4</sup>

Resulta disso “os livres”: filmes, músicas, livros, fotografias, artes gráficas etc. A maioria criada no universo virtual de possibilidades, em grupos cujos componentes muitas vezes só se conhecem pelos apelidos e geralmente, sem contatos de primeiro grau. Compreendemos a atuação desses sujeitos coletivos, protagonistas do movimento social pela liberdade de expressão e criação intelectual no ciberespaço, como uma renovação das relações sociais entre indivíduos, tempo e espaço, força de produção e meios de produção.

## O DIREITO DE SER LIVRE!

O debate acerca dos direitos que envolvem a comercialização, licenças de uso e a livre permissão de utilização e, por vezes, de alteração dos softwares nos remete a uma busca pela maior compreensão das leis que regem os patrimônios não-materiais.

Lessig explica que no século XVIII ainda não havia uma regularização sobre as obras intelectuais “If I copied your poem by hand, over and over again, as a way to learn it by heart, my act was totally unregulated by the 1790 act. (...) Today the story is very different: If you write a book, your book is automatically protected”<sup>5</sup>. Ele defende a ideia de que hoje há um processo automático de proteção em sequência à criação.

<sup>4</sup> TEIXEIRA, Viviani. Os movimentos sociais e a sociedade da informação: Reflexões sobre a restrição no uso da tecnologia. IV Congresso de La CiberSociedad 2009. Em <http://www.cibersociedad.net> Acessado em 2/05/2010

<sup>5</sup> LESSIG, Lawrence. *Free culture: how big media uses technology and the law to lock down culture and control creativity*. The Penguin Press, New Cork, 2004. Disponível em: <http://free-culture.org> Acessado em: 10/10/2010



There is no need to register or mark your work. The protection follows the creation, not the steps you take to protect it. That protection gives you the right (subject to a narrow range of fair use exceptions) to control how others copy the work, whether they copy it to republish it or to share an excerpt.

Para Zimmermann (1999) há diferentes formas de se proteger uma obra: o copyright “protège l'expression d'une idée plutôt que l'idée elle-même”; o certificado “protège les droits de propriété sur la manière de faire quelque chose”; o segredo de fabricação “protège l'idée sous-jacente d'une invention plutôt qu'une expression particulière, il a l'avantage pour l'innovateur de ne pas divulguer l'information, mais il ne confère pas en revanche de monopole d'exploitation” e que a lógica do CopyLeft é “protéger le libre”.

De acordo com Stallman, o Copyright não é uma lei natural, mas um “monopolio artificial impuesto por el Estado que limita el derecho natural de los usuarios a copiar”. O criador do Movimento Software Livre explica que o Copyleft é uma contrapartida às determinações do Copyright: o “Copyleft utiliza la ley de copyright, pero dándole la vuelta para servir a un propósito opuesto al habitual: en lugar de privatizar el software, ayuda a preservarlo como software libre.” (2004: p. 28)

Löker defende que, de acordo com Lawrence Liang, o termo CopyLeft “was originally derived by Ray Johnson for describing his mail-art works which were made by using mixed media sources during the 1960s” (2008: p. 25), mas que a sua popularidade emergiu após a adaptação pelo MSL.

A discussão em torno desses movimentos que lutam pelo direito de liberdade de cópia e de alteração do software é analisada por Lessig como Free Culture. Ele define que “a free culture is not a culture without property” e que o oposto disso é a “‘permission culture’ – a culture in which creators get to create only with the permission of the powerful, or of creators from the past”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Lessig, Lawrence. *Free culture: how big media uses technology and the law to lock down culture and control creativity*. The Penguin Press, New Cork, 2004. Em <http://free-culture.org>

Para Laura J. Murray, em sua tese sobre o filme *Rip: Um manifesto remixado*, de Brett Gaylor, “freedom in this discourse is a transcendent moral value; brandished in this way, it is all or nothing” (2009: p. 4). Takhteyev explica que a esta é uma questão de justiça social: “Free circulation of ideas and ‘remixability’ of culture is essential not only for cultural innovation but often also for social justice”<sup>7</sup>.

Liberdade é a palavra-chave do MSL. Quando o software é de propriedade privada, sua cópia é crime de pirataria. Com base nas ideias de Viviani Teixeira,

o software rotulado como proprietário é de posse única e de manutenção exclusiva, exceto no caso dos softwares piratas. (...) No caso dos softwares piratas, poderíamos dizer que são clones dos originais, instalados em máquinas diferentes, mas com o mesmo número de série, e, no caso de inspeção legal, ou por parte de instituições responsáveis pela compra das licenças, seriam classificados como ilegais<sup>8</sup>.

Baseado na concepção de mercado e da mídia, podemos observar que o crime de pirataria na internet é atribuído aos hackers. Stallman argumenta que “el uso de la palabra ‘hacker’ para definir al ‘que rompe sistemas de seguridad’ es una confusión promovida por los medios de comunicación”. Ele suscita distinções entre as terminologias hacker e cracker: “Puedes ayudar a subsanar este malentendido haciendo una simple distinción entre la intromisión en la seguridad de un sistema y las actividades de hacking, empleando el término cracking para la primera.” Stallman argumenta que o hacker é “alguien que ama la programación y disfruta explorando nuevas posibilidades”, pois hacking significa “explorar los límites de lo posible con un espíritu de sagacidad imaginativa”. (2004, p. 20)

<sup>7</sup> TAKHTEYEV, Yuri. *The Source in Free Culture*. p. 3. Disponível em: <http://openpdf.com/ebook/takhteyev-pdf.html>

<sup>8</sup> TEIXEIRA, Viviani. *Os movimentos sociais e a sociedade da informação: Reflexões sobre a restrição no uso da tecnologia*. IV Congresso de La CiberSociedad 2009. Em <http://www.cibersociedad.net>

Manuel Castells salienta que “os Hackers não são o que a mídia diz que são” e que a cultura hacker “desempenha um papel axial na Internet”, pois ela se dá no ambiente “fomentador de inovações tecnológicas capitais mediante a cooperação e a comunicação livre”, além de fazer a ponte entre “o conhecimento originado na cultura tecnomeritocrática e os seus produtos empresariais que difundem a Internet na sociedade geral”. Castells ressalta que Eric Raymond, “um dos mais destacados observadores analistas/participantes da cultura hacker e um ícone dela”, afirma que “hackers são aqueles que a cultura hacker reconhece como tais” (CASTELLS, 2003: p.38). Ele salienta ainda que:

Suprema nesse conjunto de valores é a liberdade. Liberdade para criar, liberdade para apropriar todo conhecimento disponível e liberdade para redistribuir esse conhecimento sobre qualquer forma ou por qualquer canal escolhido pelo hacker<sup>9</sup>. (idem: p.42)

Castells argumenta que “há na cultura hacker um sentimento comunitário, baseado na integração ativa numa comunidade, que se estrutura em torno de costumes e princípios de organização social informal” (idem: p. 43). “A Internet é o alicerce organizacional dessa cultura. A comunidade hacker, em geral, é global e virtual” (idem: p. 44).

## PODE O CIBERESPAÇO SER EXCLUDENTE?

O engajamento dos internautas, atrelado ao aprimoramento das TIC's e da Internet, estimula o desenvolvimento da cibercultura que, por sua vez, proporciona a inteligência coletiva. Tal como afirma Pierre Lévy, “permitir que os seres humanos conjuguem suas imaginações e inteligência a serviço do desenvolvimento e da emancipação das pessoas é o melhor uso possível das tecnologias digitais” (1999, p. 208). Apesar dos movimentos em prol da democratização desse espaço, isto é, da eliminação da hierarquia que ainda

<sup>9</sup> Castells. Manuel. A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

persiste entre produtor e consumidor, a fim de torná-lo totalmente livre e igualitário, a cibercultura continua sendo excludente. E permanecerá sendo até o momento em que medidas sejam tomadas para reverter esse quadro.

Tanto a inteligência coletiva quanto as tecnologias que a favorecem não devem estar condicionadas a setores sociais e regiões economicamente ativas.

O acesso ao ciberespaço exige infra-estruturas de comunicação e de cálculo (computadores) de custo alto para as regiões em desenvolvimento. Além disso, a apropriação das competências necessárias para a montagem e manutenção de centros servidores representa um investimento considerável. (...) É preciso ainda superar os obstáculos 'humanos'. Em primeiro lugar há os freios institucionais, políticos e culturais para formas de comunicação comunitárias, transversais e interativas. Há, em seguida, os sentimentos de incompetência e de desqualificação frente às novas tecnologias." (LÉVY, 1999: p. 235-236)

Talvez a solução mais sensata para o problema em questão fosse proporcionar o acesso a todos e reduzir os custos da conexão. Contudo, para Lévy, estar munido de todos os dispositivos tecnológicos para imergir no ciberespaço não é o suficiente. O indivíduo, acima de tudo, não deve estar apenas preparado para participar do ambiente virtual, mas também ter conhecimento do seu funcionamento. Tendo em vista que a internet não só é o presente como, principalmente, será o futuro, acreditamos que, nesse ponto, é fundamental que o Estado implemente políticas públicas nas escolas, que possibilitem aos jovens um conhecimento e um uso sábio das potencialidades que este meio oferece.

Além disso, não adianta que o Brasil tenha 67,5 milhões de internautas, segundo as estatísticas do Ibope/Nielsen, ou esteja em primeiro lugar quanto ao tempo médio de navegação por mês.<sup>10</sup> Cabe pensar, sim, diante da

---

<sup>10</sup> [http://www.tobeguarany.com/internet\\_no\\_brasil.php](http://www.tobeguarany.com/internet_no_brasil.php) Acessado em 22/05/2010.

relevância da internet nos dias atuais, nos motivos pelos quais ainda há mais de 120 milhões de brasileiros fora do mundo virtual.

## CONCLUSÃO

No nosso imaginário tecnológico, o ciberespaço é um ambiente de total liberdade de movimentação e criação de dispositivos, programas e conteúdos, que permitem a cada indivíduo explorador da internet contribuir para a sua construção. Fazer da rede como um meio onde ainda vigorem as hierarquias presentes na mídia tradicional, impedindo que estas sejam desconstruídas, é minar o seu maior potencial: o de ser o único espaço igualitário, sem qualquer distinção social.

O Movimento Software Livre, tal como muitos outros que existem no ciberespaço, é a expressão da luta para que esse ideal de liberdade, ainda no mundo da imaginação, se concretize no plano real-virtual. Enquanto o desenvolvimento de programas depender exclusivamente da indústria dos produtos de informática, a internet permanecerá um ambiente excludente, na medida em que os usuários manter-se-ão à mercê das decisões das lógicas de mercado do sistema capitalista vigente. Iniciativas como as do MSL, legitimam a luta por um mundo democrático.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERICH, Jordi, ROIG, Antoni. *Creación y producción audiovisual colaborativa. Implicaciones sociales y culturales del uso de software libre y recursos audiovisuales de código abierto*. Revista sobre la sociedade del conocimiento. 2008. Disponível em: <http://uocpapers.uoc.edu>

CASTELLS. Manuel. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. *Sociedade em rede. a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONRADO. Adolpho Vaz. *Google Marketing: o guia definitivo do marketing digital*. Novatec, 2007 – 2ª edição.

LEMONS, Ronaldo. "O Creative Commons e as transformações da propriedade intelectual". In: BARBOSA FILHO, André; CASTRO, Cosette; TOME, Takashi

(org.). Mídias digitais: convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo, Paulinas, 2005.

LESSING, Lawrence. *Free culture: how big media uses technology and the law to lock down culture and control creativity*. The Penguin Press, New Cork, 2004. Disponível em: <http://free-culture.org>

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÖKER, K. *Revolution of open source and film making towards open film making*. 2008. Disponível em: <http://www.thesis.bilkent.edu.tr/0003556.pdf>

MURRAY, Laura J. *RIP: A Remix Manifesto*. 2009. Disponível em: [www.culturemachine.net](http://www.culturemachine.net)

STALLMAN, R.M. *Software libre para una sociedad libre. Traficantes de Sueños*. Madrid: 2004. Disponível em: <http://biblioweb.sindominio.net/pensamiento/softlibre/softlibre.pdf>

\_\_\_\_\_. *On Hacking*. 2002. Disponível em: <http://traficantes.net>

SCHERRER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989 – 3ª edição.

TAKHTEYEV, Yuri. *The Source in Free Culture*. Disponível em: <http://openpdf.com/ebook/takhteyev-pdf.html>

ZIMMERMANN, Jean-Benoît. *Logiciel et propriété intellectuelle: du copyright au copyleft*. 1999. Disponível em: <http://www.freescape.eu.org/biblio/IMG/pdf/99b07.pdf>

## **SOBRE AS AUTORAS**

Katja Augusto possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estácio de Sá (2008). Cursa pós-graduação em Mídias Digitais, na Universidade Estácio de Sá (previsão de formatura: 2010), e graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (previsão de formatura: 2012). Atualmente, é estagiária em Assessoria de Comunicação Do Decanato de Ensino de Graduação da UFRRJ.

Monique Lima possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Atualmente é Assessora de Comunicação do Decanato de Ensino de Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Comunicação Empresarial. Estuda Ciências Sociais na

# Descobrimo Cientistas



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro desde 2010 I. É aluna especial da disciplina Educação e Democracia: um diagnóstico político-educacional do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares - IE / IM / UFRRJ.